



# **Ministério da Integração Nacional**

## **Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF**

**XXXI Reunião do CNRH,**

Brasília, 9 e 10/06/2014

# MAPA GERAL DA INFRAESTRUTURA HÍDRICA

**Eixos Principais do PISF**  
**Eixos Associados ao PISF**

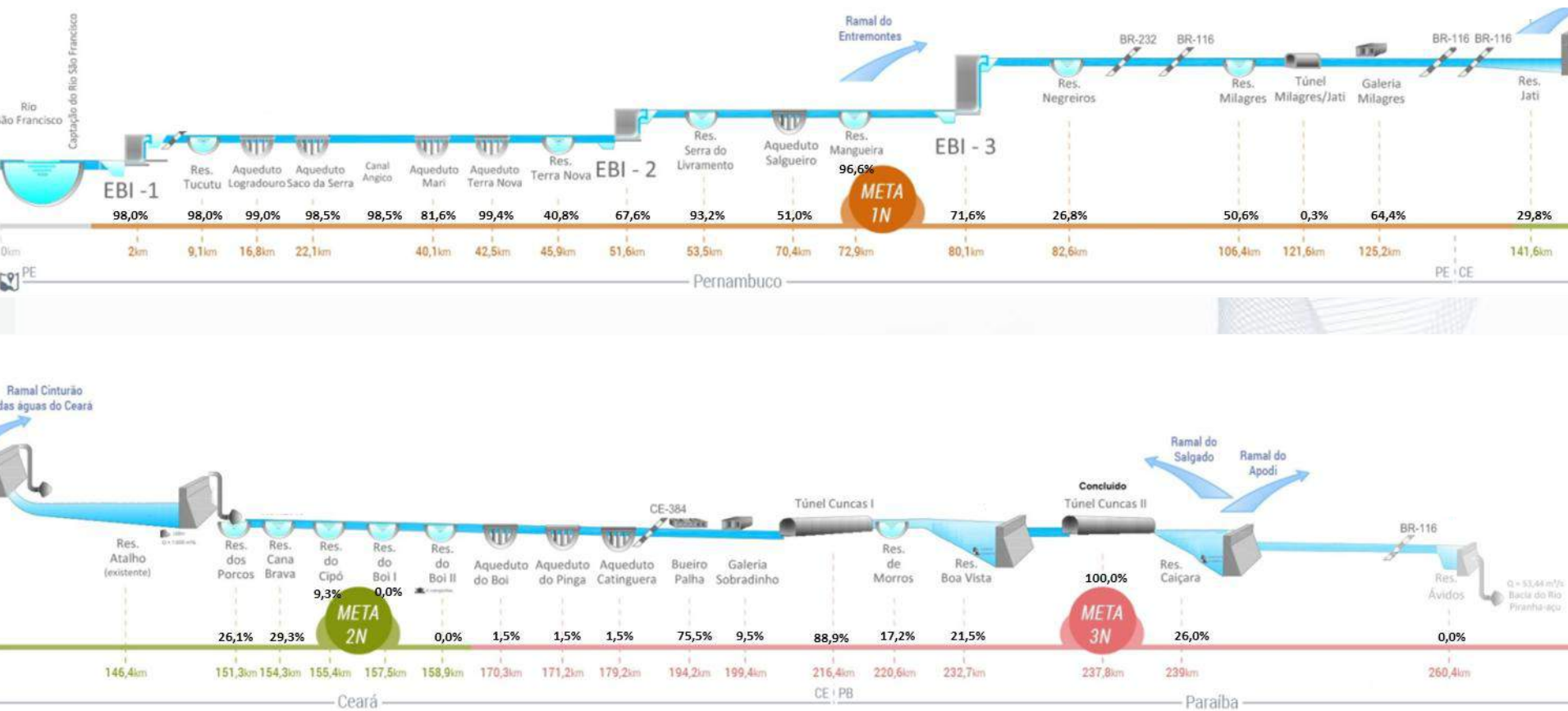


## PORTAIS DE ÁGUA DO PROJETO

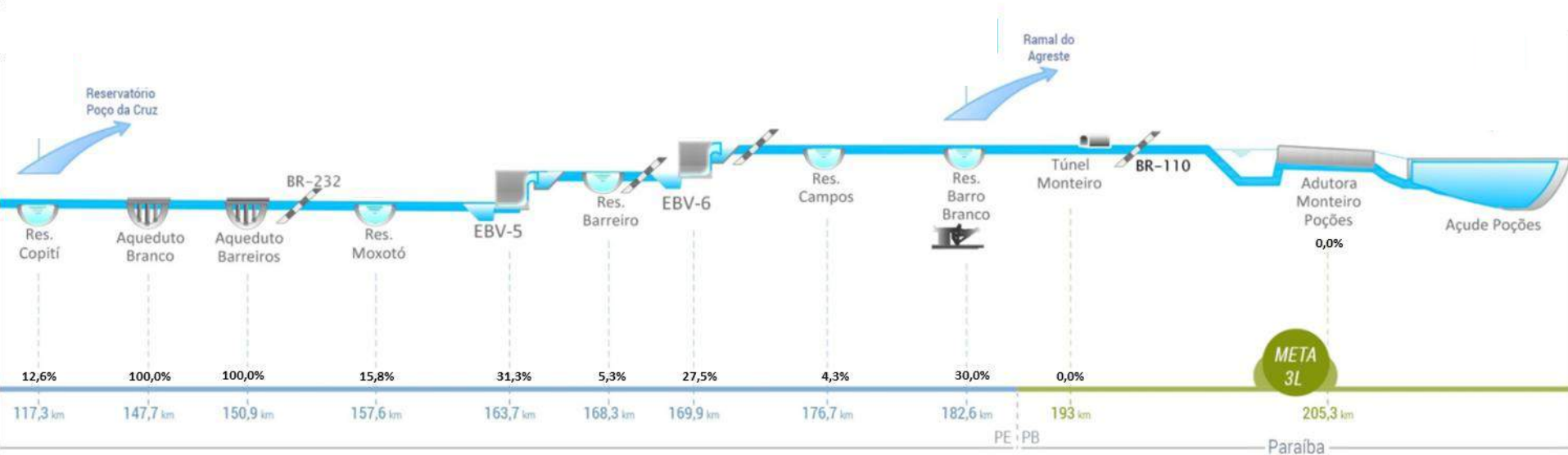
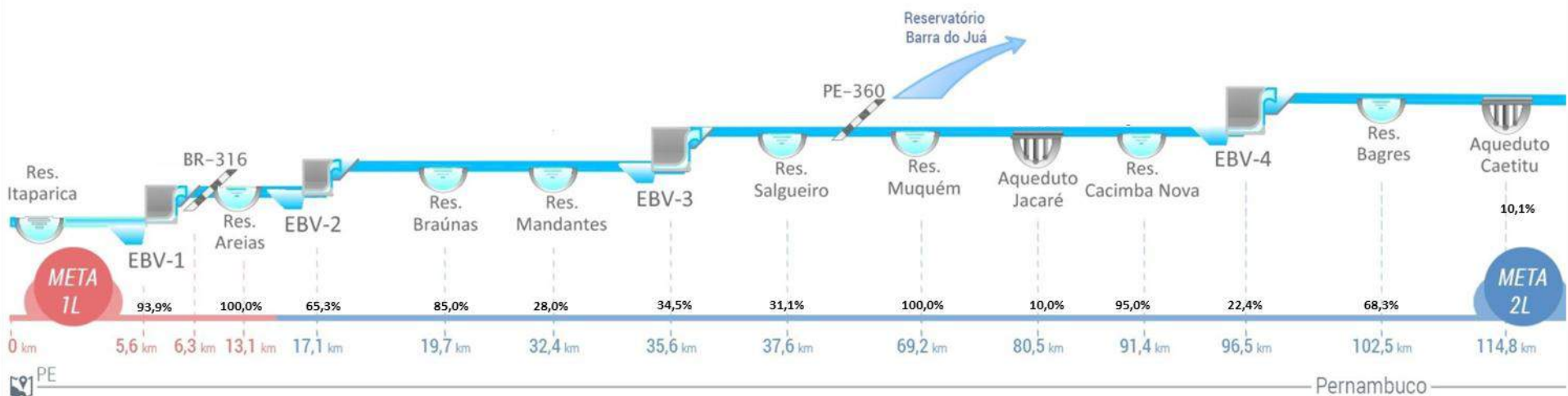




## Perfil Simplificado do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional - Eixo Norte



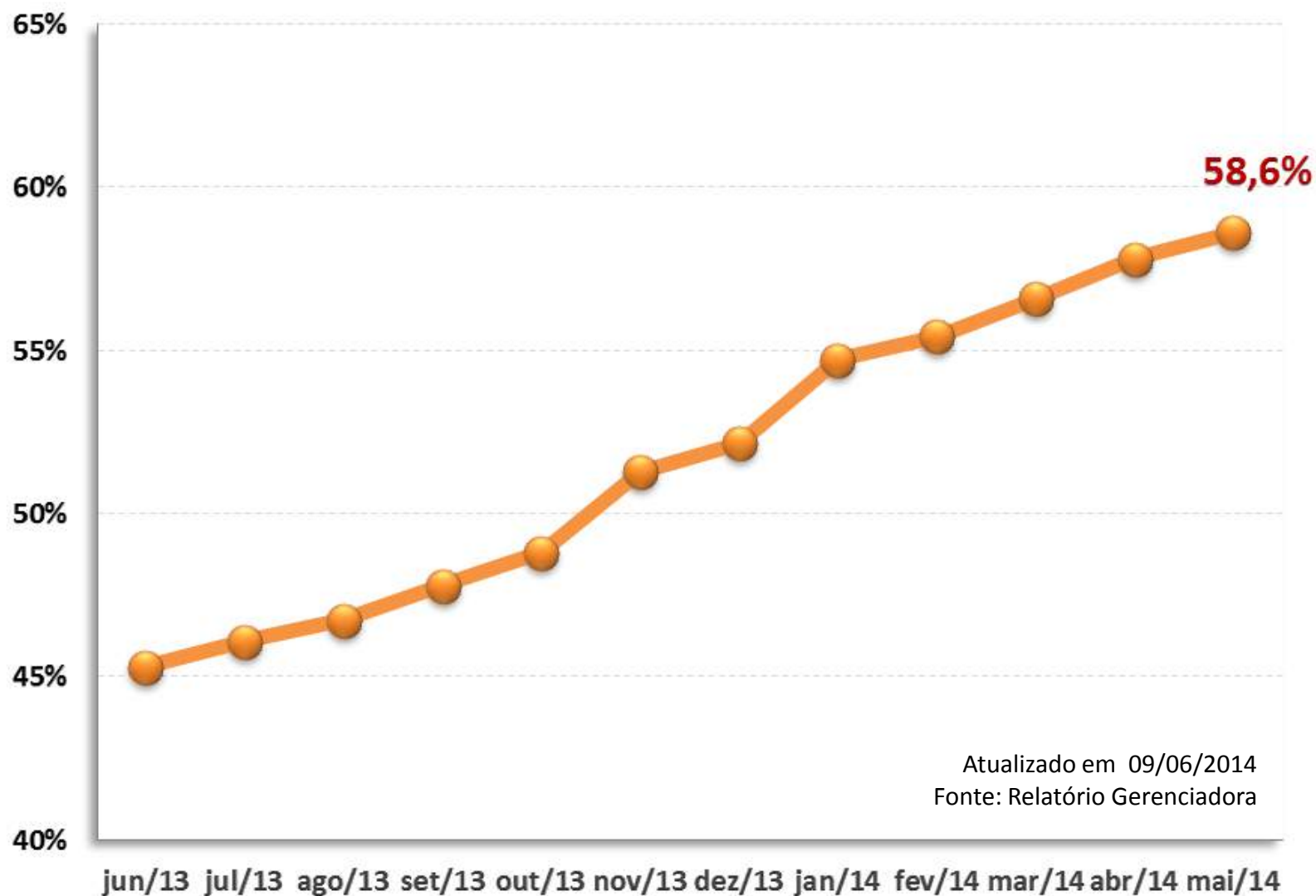
## Perfil Simplificado do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional - Eixo Leste





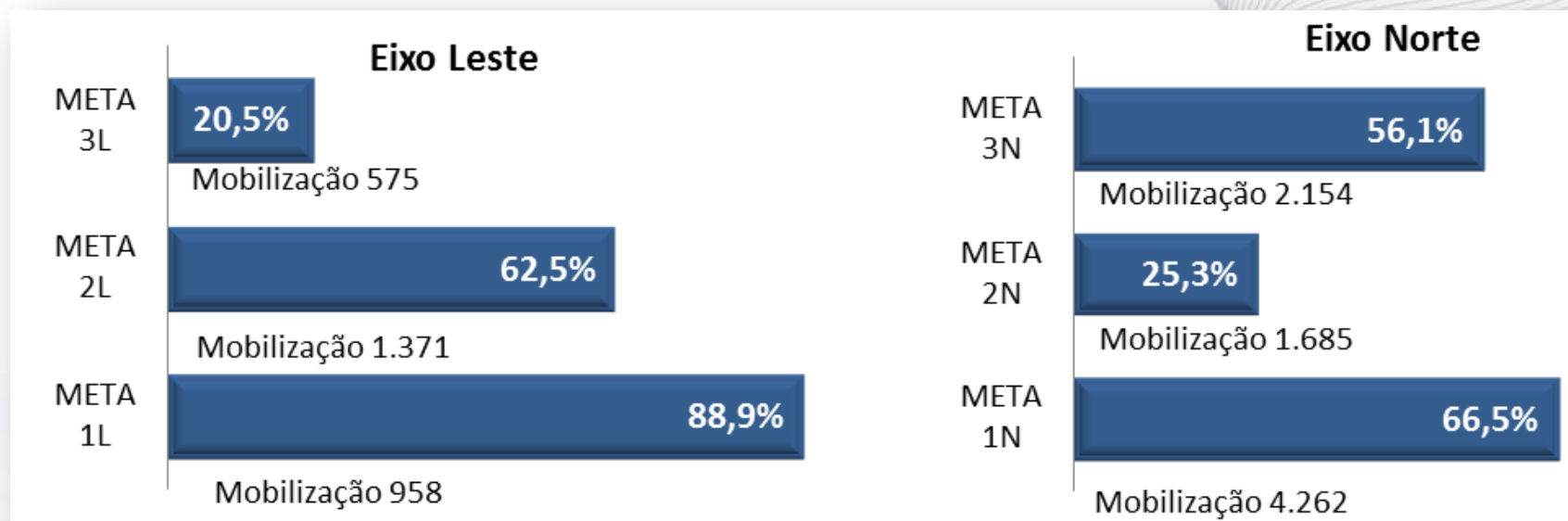


## Execução física do PISF



# Projeto São Francisco

## Gerenciamento do Projeto – Avanço Físico e Mobilização por Meta



Atualizado em 09/06/2014  
Fonte: Relatório Gerenciadora



# Projeto São Francisco

## Gerenciamento do Projeto – Execução Financeira





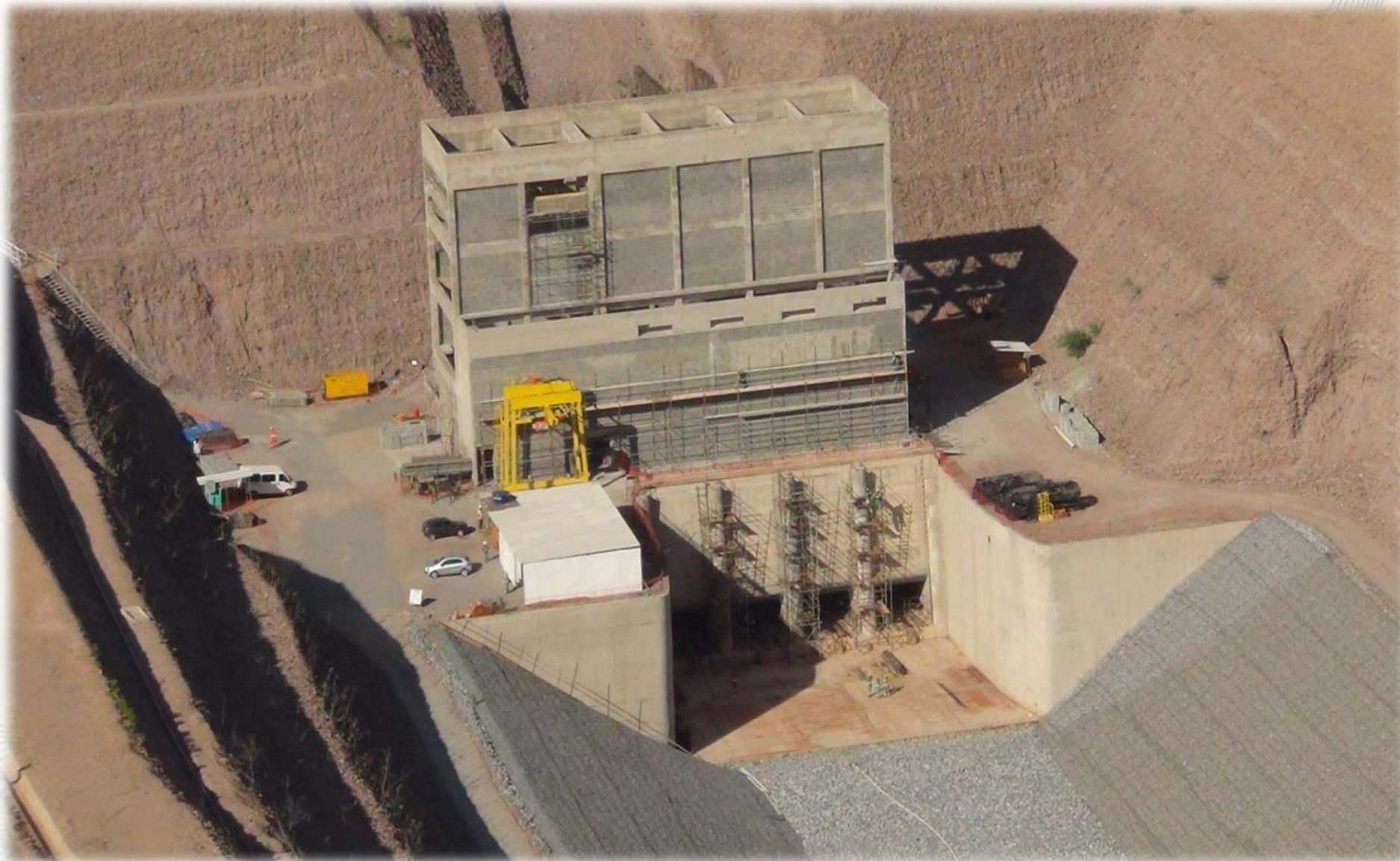
**EIXO LESTE**







## EBV-01 – Execução da alvenaria, montagem da ponte rolante e da tubulação da (peça em Y) na estação de bombeamento.























































Emboque do canal de aproximação no Rio São Francisco.



WBS 1255 - Estrutura de controle do reserv. Tucutu - Vista geral



Reservatório Terra Nova - Execução de compactação do barramento



WBS 1556 - Passarela E-1418 - Vista da montagem da forma e armação da viga.







## Reservatório Tucutu





## Reservatório Tucutu





## Estrutura de Controle Tucutu



EBI-1































**Aqueduto Mari**





**WBS 1508 - Ponte**



**Aqueduto Terra Nova**







Perfil











## Barragem Negreiros





## Galeria Milagres





## Túnel Milagres-Jati













## Barragem Boa Vista



leste













Perfil



# SISTEMA DE GESTÃO – Decreto n<sup>os</sup> 5.995/2006 e 8.207/2014





**Outorga do direito de uso de recursos hídricos do Rio São Francisco, para a execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.**

**Resolução ANA nº 411, de 22 de setembro de 2005**



## **Resolução ANA nº 411, de 22 de setembro de 2005**

Art. 1º Outorgar ao Ministério da Integração Nacional o direito de uso de recursos hídricos do Rio São Francisco, para a execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, nas seguintes condições:

.....

**III** – vazão firme disponível para bombeamento, nos dois eixos, a qualquer tempo, de 26,4 m<sup>3</sup>/s, correspondente à demanda projetada para o ano de 2025 para consumo humano e dessedentação animal na região; e

**IV** – excepcionalmente, será permitida a captação da vazão máxima diária de 114,3 m<sup>3</sup>/s e instantânea de 127 m<sup>3</sup>/s, quando o nível de água do Reservatório de Sobradinho estiver acima do menor valor entre:

- a) nível correspondente ao armazenamento de 94% do volume útil; e
- b) nível correspondente ao volume de espera para controle de cheias.



## **Resolução ANA nº 411, de 22 de setembro de 2005**

Art. 3º Esta outorga tem prazo de validade de vinte anos, contado a partir da data de publicação desta Resolução, podendo ser renovada, por igual período, mediante solicitação do Ministério da Integração Nacional.

### **Condicionantes:**

**I** – instituição, de acordo com o Termo de Compromisso assinado pelo Governo Federal e Estados receptores, do Sistema de Gestão do Projeto de Integração de Bacias, até 31 de dezembro de 2006;

**II** – início da implantação física do empreendimento em até dois anos, contados da data de publicação desta Resolução;

**III** – **início da operação da primeira fase do empreendimento em até seis anos, contados da data de publicação desta Resolução; e**

**IV** – implantação, até o início da operação da primeira fase do empreendimento, da cobrança pelo serviço de adução de água bruta, no âmbito da União e dos Estados beneficiados, com valores que cubram os custos de operação e manutenção do empreendimento.

## Antecedentes

No ano de 2011 o Ministério da Integração Nacional solicitou ampliação de prazo para cumprimento do inciso III, art. 4º, da Resolução supracitada, o que foi aprovado pela Resolução ANA nº 37, de 13 de fevereiro de 2012, passando a vigorar a seguinte redação:

***“III - Início da operação da primeira fase do empreendimento até 26 de setembro de 2014”.***

*A oitiva ao CNRH ocorreu na XXVI Reunião Ordinária, em 14/12/2011*



## Solicitação atual

Alteração da condicionante III, prorrogando o prazo de início da operação da primeira fase do PISF por um período de dois anos.

Condicionante “III - Início da operação da primeira fase do empreendimento até **26 de setembro de 2016**”.

## Ações em Cursos

visam atender o objetivo do Projeto e garantir a operação do empreendimento com sustentabilidade.

- Entidade Operadora Federal – instituída pelo Decreto nº 8.207/2014;
- Modelo de gestão do PISF – contratação da FGV para elaborar os estudos;
- Recuperação e revitalização dos Reservatórios Receptores interligados ao Projeto – DNOCS realizou licitação estando em contratação;
- Plano de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRS) – contratação pelo IICA;
- Infraestruturas Hídricas Complementares nos Estados Receptores

## **Infraestruturas Hídricas Complementares e Gestão nos Estados Receptores**

### **Paraíba:**

A cobrança pelo uso de recursos hídricos no Estado da Paraíba foi estabelecida e regulamentada através do Decreto Estadual nº 33.613, de 14 de dezembro de 2012.

Em Abril de 2013 o Estado aderiu voluntariamente ao Pacto Nacional de Gestão das Águas – PROGESTÃO, programa coordenado e financiado pela ANA, indicando a AESA como responsável pela coordenação da implementação do Pacto em âmbito estadual, conforme Decreto nº 33.861, de 22 de abril de 2013.

A gestão estadual de recursos hídricos advindos do PISF será realizada pela Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA.



# **Infraestruturas Hídricas Complementares e Gestão nos Estados Receptores**

continuação

## **Pernambuco:**

Em dezembro de 2013 aderiu ao PROGESTÃO, ficando a Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC), responsável pela coordenação e implementação do Pacto no Estado, Decreto Estadual nº 40.202, de 13 de dezembro de 2013.

A infraestrutura hídrica complementar no Estado de Pernambuco para início de operação da primeira fase do PISF é a Adutora do Agreste, alimentada pelo Ramal do Agreste, canal derivado do eixo leste. A Adutora do Agreste, projeto que conta com investimentos da União, está sendo executada pelo Estado, com previsão de conclusão em janeiro de 2015.

Há ainda duas obras complementares: ramal do Agreste e ramal Entremontes. Estas duas obras estão a cargo do Ministério da Integração Nacional, estando o Ramal do Agreste em licitação para execução das obras e Entremontes com previsão de lançamento em julho de 2014.

A Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC) é a entidade gestora dos recursos hídricos no Estado, criada em 2010.

# **Infraestruturas Hídricas Complementares e Gestão nos Estados Receptores**

continuação

## **Ceará:**

Em janeiro de 2014 o Estado do Ceará aderiu ao PROGESTÃO, Decreto Estadual nº 31.387, de 10 de janeiro de 2014.

Em construção os Trechos I, II e III do Cinturão das Águas do Ceará (CAC), e já foram emitidas ordens de serviço, com montagem dos canteiros de obras, para os trechos IV e V (túneis).

Conclusão do trecho V do Eixão das Águas, denominado Sistema Adutor Gavião-Pecém, localizado entre o Açude Gavião e o Porto de Pecém, inaugurado em março de 2014.

A COGERH é a entidade gestora dos recursos hídricos no Estado.



# Infraestruturas Hídricas Complementares e Gestão nos Estados Receptores

continuação

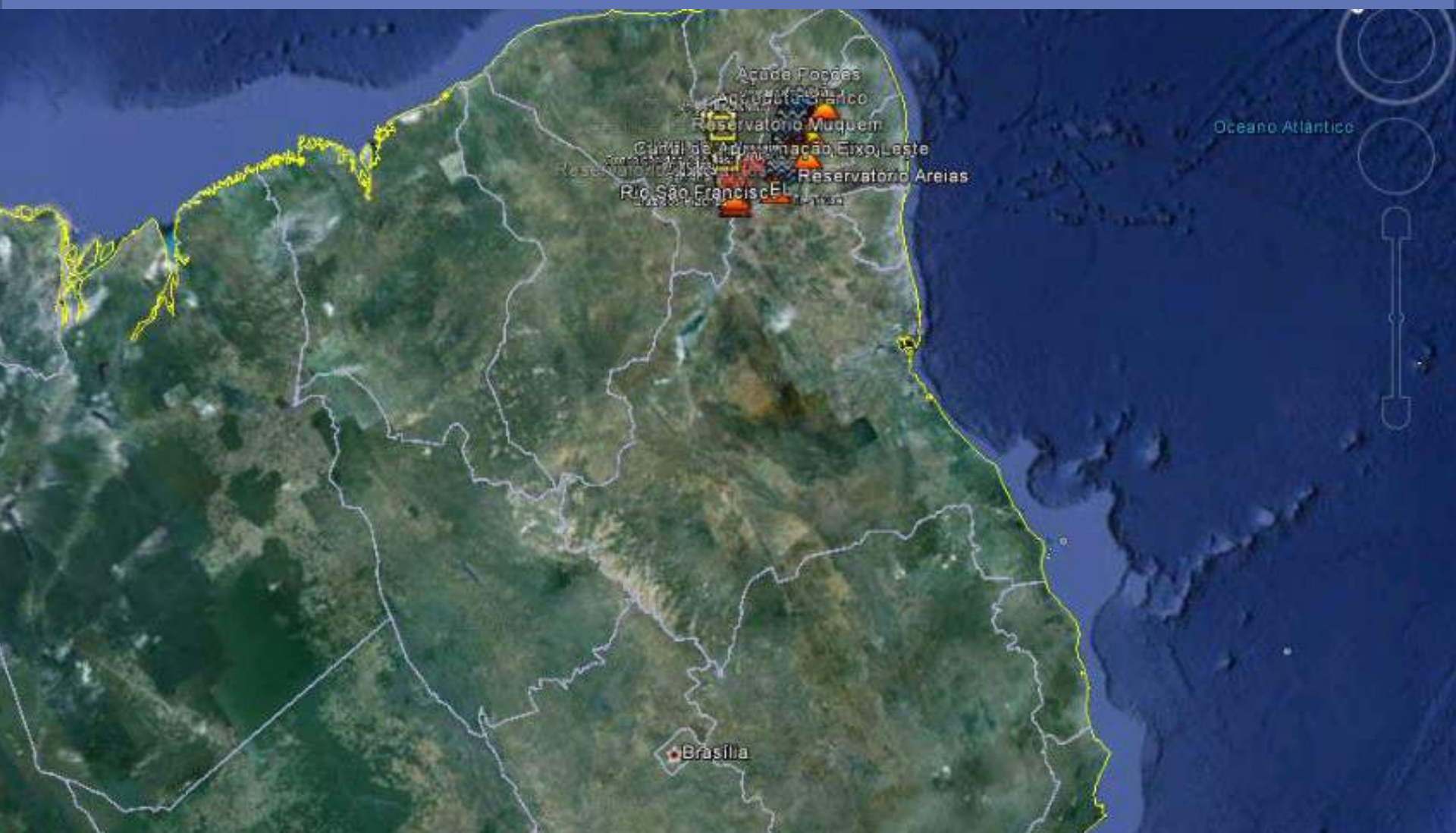
## Rio Grande do Norte:

Em 2013, assinadas as leis complementares 481, 482 e 483:

- Altera a Lei Estadual nº 6.908, de 1º de julho de 1996, “Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos;
- Altera a Lei Complementar Estadual n.º 163, de 5 de fevereiro de 1999, dispõe sobre Órgãos e Entes do Poder Executivo do Estado e sobre o Instituto de Gestão das Águas do Estado (IGARN).
- Define as competências do IGARN transferindo para este a concessão de outorgas de direito de uso dos recursos hídricos e licenciamento de obras hidráulicas, cobrança pelo uso da água, poder de fiscalização e de polícia, etc.
- Compete ao IGARN assumir a função de entidade operadora estadual da infraestrutura hídrica interligada ao PISF e responsável pela gestão das águas provenientes do PISF.

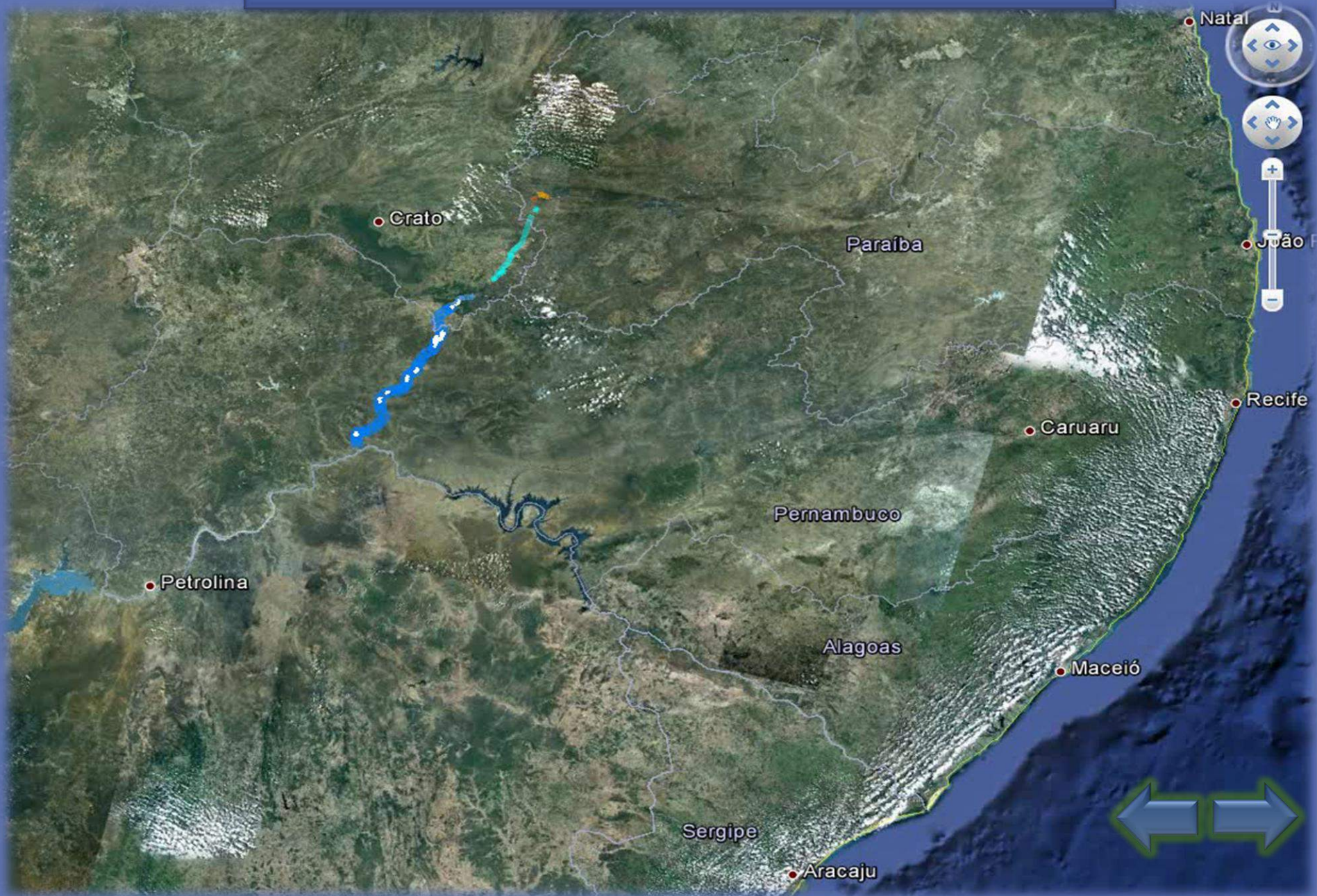
Em setembro de 2013 o Estado aderiu ao PROGESTÃO, indicando o IGARN responsável pela coordenação da implementação do Pacto em âmbito estadual, conforme Decreto Estadual nº 23.745, de 10 de setembro de 2013.

# Sobrevoio Eixo Leste





# Sobrevoô Eixo Norte





**Obrigado !**

**Robson Afonso Botelho**

Diretor do Departamento de Projetos Estratégicos